

12º SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO DA UEMG

DA PROTEÇÃO AOS ANIMAIS DOMÉSTICOS: A APLICABILIDADE DAS LEIS DO MUNICÍPIO DE FRUTAL/MG

Leticia Ferreira Martins

Susane Marangoni Molina, Andréia Souza

Email para contato: leticiaweb_@hotmail.com

Palavras chave: Animais; Doutrina; Eficácia; Respeito; Justiça.

Atualmente, o mundo em que vivemos encontra-se repleto de ocorrências que desafiam a ordem moral, social, econômica e política e muitas vezes nos perguntamos qual será o destino desse cenário. A questão dos maus tratos aos animais tem sido preocupação não somente dos profissionais do Direito, mas também dos ambientalistas e pessoas que vivem na sociedade, muitas vezes sendo retratada pelos meios de comunicação, a exemplo da TV e dos jornais. Ressalta-se que a problemática tratada encontra-se presente mesmo diante de legislações existentes sobre o assunto, a exemplo da Declaração Universal dos Direitos dos Animais, Lei n. 9.605-98, artigo 225, § 1º, VII da Constituição Federal de 1988; Decreto n. 4.645 de 1934, sancionado por Getúlio Vargas, bem como muitos outros respaldos jurídicos que garantem proteção e cuidados aos animais. O presente estudo parte do pressuposto de que as legislações, por si só, não são suficientes para proteger os animais domésticos, atualmente havendo abandono, maus tratos e crueldade em face de cães, gatos, aves e outros bichos, muitos deles habitando as ruas das cidades em condições indignas, além de oferecerem riscos de transmissão de doenças ou mesmo ataques motivados pelo instinto de sobrevivência. Por isso, pergunta-se: como se dá a aplicabilidade das leis acerca da proteção aos animais? Há situações que impedem a efetividade dessas legislações? Há órgãos específicos e adequados para proteção e cuidado aos animais? Como essas questões são tratadas na cidade de Frutal/MG? É possível propor alternativas para melhorar a situação? Em muitos momentos a mídia mostra situações de animais abandonados, famintos, vítimas de maus-tratos, exploração e desrespeito, tornando-se comum atrocidades cometidas em face dos bichos e a ocorrência de insuficiência legal e estrutural para coibir esse quadro. Busca-se, dessa forma, investigar a aplicabilidade das legislações protetivas aos animais e constatar se há motivos que impedem sua efetividade, traçando uma proposta de apoio às ações que garantam a proteção mencionada. Desta forma, o presente trabalho se justifica pela necessidade de refletirmos sobre esse cenário que nos é apresentado, mas também compreendendo a origem de todo esse quadro e suas respectivas consequências, especialmente no que tange à sociedade. Por meio dessa proposta espera-se não somente auxiliar na compreensão do assunto, mas também intervir na realidade e transforma-la, a fim de diminuir o espaço existente entre as normas jurídicas e a realidade.

Instituição de Fomento: CNPq